

#### **4. A Cooperativa de Moveleiros de Guajará-Mirim**

Existem aproximadamente oitenta e seis (86) marcenarias na cidade de Guajará-Mirim. A maioria delas funciona em “fundo de quintal” e tem como objetivo a subsistência das famílias envolvidas. Essas pequenas marcenarias funcionam na informalidade, pois as taxas ou impostos, para se formalizarem como uma pequena ou micro empresa seriam tão altos, que os pequenos produtores não teriam condioes de legaliz-las. A situaao destes trabalhadores pode ser resumida nos termos que se seguem.

Os moveleiros e marceneiros de Guajará-Mirim adquiriram máquinas para beneficiar madeira e construir móveis, com objetivo de gerarem renda e assim manterem suas famílias. Alguns deles conseguiram na prefeitura municipal um alvará de licença de funcionamento, enquanto outros trabalham na completa ilegalidade. Mas, mesmo os que conseguiram “licença” para trabalhar com produao de móveis, não necessariamente transformaram suas marcenarias em empresas.

Dessa forma, sem pagar uma série de impostos e contribuir para a receita federal, entre outros tributos, nenhuma das marcenarias se constitui em micro ou pequena empresa, impossibilitando que os marceneiros participem de licitaoes públicas, o que poderia representar muito mais trabalho, e impossibilitando também que a compra da madeira para a produao de móveis possa ser feita legalmente. Ou seja, as marcenarias de Guajará-Mirim não existiam juridicamente e os móveis produzidos são poderiam ser vendidos na cidade e na região para alguns particulares.

Como a obtenao de madeira não era feita legalmente, o IBAMA, em meados de 2001, deu um ultimato aos marceneiros para que legalizassem suas marcenarias, pois, caso contrário elas teriam que ser desativadas por este rgo.

Para enfrentar essa realidade parte dos moveleiros de Guajará-Mirim resolveu então formar uma cooperativa, que entre outras coisas, solucionaria

o problema da ilegalidade das marcenarias, com custos reduzidos para os marceneiros.

Através de encontros informais e das entrevistas com os associados da Cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim, buscamos desvendar esse processo de organização dos trabalhadores para a criação da cooperativa e outras motivações que os levaram a optar por este tipo de sociedade. Procuramos compreender como estão elaboradas no subjetivo desses trabalhadores as questões que envolvem a realidade do seu cotidiano e que valores orientam suas ações.

A COOMOGuam foi legalizada no dia 13 de fevereiro de 2003 conforme consta na Ata da Assembléia Geral de Constituição e de Posse dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Neste documento também estão os nomes dos vinte e nove moveleiros e marceneiros cooperados, que naquela data aprovaram o Estatuto e elegeram os membros dos conselhos administrativo e fiscal.

Pelo estatuto aprovado, a Cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim ficou constituída como uma **sociedade cooperativa de trabalho**, observando os termos da lei federal 5.764/1971 e da lei federal 10.406/2002 do novo código civil.

No Estatuto Social que estabelece as questões de ordem jurídica necessárias para o funcionamento desta cooperativa constam incisos que representam os princípios cooperativistas, e foram definidos os seguintes objetivos:

Art 3.ºA cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim – COOMOGuam, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, tem por objetivo, congrega, de forma multidisciplinar, profissionais que exerçam atividades no sistema de produção de artesanato similares em geral; **promovendo a união destes e a defesa de seus interesses.**

§ 1º Para a consecução destes objetivos, a sociedade deverá, na medida de suas possibilidades:

a) **fornecer condições adequadas a seus cooperados;**

- b) incentivar e promover intercâmbio entre as entidades e os profissionais ligado à área de atuação;
- c) preservar, promover e aprimorar a capacidade e responsabilidade técnico-profissionais de seus associados;
- d) firmar contratos, acordos, ajustes e convênios, em nome de seus associados, com pessoa física, jurídicas, de direito público, privado, bem como, facilitar a utilização recíproca dos serviços ofertados pelos mesmos.

(...)

**§ 3º Seja qual for a natureza ou a forma dos serviços prestados, a sociedade observará o princípio da livre oportunidade de trabalho para todos os associados. (os grifos são nossos)**

Este artigo estabelece quais as “ações” que a cooperativa deve realizar para atingir seus objetivos. O que constatamos, porém, é que essa “teoria” proposta, ficou inviabilizada na prática, devido a uma série de fatores que destacamos a seguir:

A elaboração do estatuto não aconteceu através de discussões e consensos elaborados pelos cooperados, não sendo, portanto, o resultado obtido pela organização dos trabalhadores. Foi baseada num modelo (viabilizado pelo SEBRAE), para resolver as questões formais, relativas à criação da cooperativa.

Quando não existe uma organização prévia e interesse conjunto em desvendar as possibilidades e as dificuldades referentes à realidade, é muito difícil que qualquer tipo de sociedade obtenha êxito. Quem dera uma sociedade que organize quase trinta trabalhadores que passarão de uma situação de produção individual para a produção coletiva. É necessária muita discussão, organização e participação dos trabalhadores para que possam assimilar a nova forma produtiva a que estão aderindo, quais serão os desafios a serem vencidos, e mais que isso perceber quais as reais vantagens da prática coletiva. Não apenas esperar um lucro instantâneo e imediato, que dificilmente aconteceria.

Outro fator que destacamos, por ter emperrado a prática coletiva, são os valores que orientam estes trabalhadores, claramente identificados como

valores da lógica capitalista. Portanto, se os valores predominantes são o individualismo e a competição, fica inviável “respeitar a livre oportunidade de trabalho para todos os associados”, o que se torna obviamente um dos grandes limites para o sucesso da prática coletiva.

Mas, tendo elaborado o estatuto, esses trabalhadores definiram as questões que consideravam necessárias para o andamento da cooperativa. Desta forma ficou estabelecido que para formar o capital social da cooperativa, cada cooperado deveria subscrever vinte quotas-partes, de um valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês, totalizando R\$ 600,00 (seiscentos reais) em vinte meses. Ou seja, cada cooperado assumiu o compromisso de pagar mensalmente, ou investir, trinta reais na cooperativa.

Entre os vinte e nove cooperados, nove ficaram envolvidos com os conselhos de administração e fiscal da cooperativa para exercerem um mandato de dois anos, compreendido entre 13 de fevereiro de 2003 até 31 de março de 2005.

Uma outra questão que ficou definida pelos cooperados é que no dia dez de cada mês, estariam se reunindo para discutir o andamento da cooperativa. Nesse encontro mensal discutiriam os aspectos ligados à organização do trabalho, como a compra da madeira, de outros materiais e a própria distribuição das encomendas.

O conteúdo das discussões realizadas pelos cooperados nas primeiras reuniões da cooperativa, que nos foi apresentado na única reunião coletiva que tivemos com três cooperados, mostra o maior interesse, porém de um grupo reduzido entre estes trabalhadores, na construção da organização cooperativa, definindo problemas comuns e pensando soluções em conjunto.

No entanto, desde as primeiras reuniões a participação dos cooperados não foi satisfatória, sendo que dos vinte e nove inscritos, nunca foi possível reunir mais que doze cooperados numa mesma sessão. Esse pequeno grupo de cooperados conseguiu desenvolver várias discussões importantes. Entre elas a questão referente à obtenção da madeira, que é a

matéria-prima para fabricação de móveis. Os moveleiros com o intuito de obter a madeira legalmente pensaram em encaminhar algumas soluções que seriam, em primeiro lugar, definidas com o IBAMA. Neste sentido, a idéia era de conseguir com este órgão a madeira apreendida por ter sido retirada ilegalmente, ou então comprar grande quantidade de madeira, de forma legal, com atribuição de nota fiscal para a cooperativa, visto que essa transação era inviável aos moveleiros individualmente.

Também elegeriam uma única serraria que fizesse o melhor preço para serrar toda a madeira comprada, já que nenhum dos cooperados possui uma serraria. Isto porque depois de comprar as toras, os marceneiros precisam serrar a madeira em tábuas, para então começar a beneficiá-la e fazer os móveis.

Os cooperados também definiram como proposta, que qualquer encomenda que surgisse para a cooperativa eles dividiriam entre si, para que cada um fizesse uma parte, dentro de suas possibilidades. Outra idéia era a troca de conhecimentos entre os próprios trabalhadores das marcenarias. Assim, quem soubesse fazer um melhor acabamento ensinaria aos demais, e alguém que tivesse uma melhor técnica de pintura, também repassaria este conhecimento para os outros marceneiros.

Além disso, os cooperados pensaram em organizar na cidade um “Feirão dos Móveis” onde cada um dos cooperados pudesse expor seus produtos, só faltando para isso a escolha de um local apropriado.

A isto se acrescenta que estes trabalhadores tinham em perspectiva, poder participar (através da cooperativa) de licitações para construir móveis ou esquadrias de madeira para órgãos públicos, como escolas, prefeitura, fóruns e outros organismos que existem na cidade. Havia também a questão de um novo hotel (hotel escola, de iniciativa da Universidade Federal de Rondônia) que seria construído na cidade e que a cooperativa poderia estar fabricando os móveis para este empreendimento.

O grupo que formulou essas propostas, foi um grupo bem reduzido, considerando que são vinte e nove os cooperados da COOMOGuam

enquanto o número de cooperados que participavam das primeiras reuniões mensais não passava de doze.

Observando estas idéias, percebemos que esses trabalhadores estavam incorporando em suas práticas alguns dos princípios cooperativistas. A preocupação com uma divisão mais justa do trabalho expressa na fala de um dos cooperados *“muitas das marcenarias têm trabalho o ano todo, já outras, por serem mais simples ou mais distantes, nem sempre conseguem serviço”*, demonstra um caminhar para uma solidariedade intra de classe a classe. Também quando discutem a idéia de repassar e trocar conhecimento remetem ao princípio cooperativista de compromisso com a educação dos associados.

Os marceneiros da COOMOGuam ainda nos mostraram um projeto, de construção de um grande galpão onde pensaram que poderia funcionar a cooperativa dos moveleiros. Neste galpão poderiam armazenar grandes quantidades de madeira de forma adequada e instalar as máquinas para serrar a madeira, bem como todo o maquinário necessário para a produção e montagem dos móveis. Este projeto dos marceneiros seria um grande passo na construção de uma prática cooperativa mais intensa, pois estariam os cooperados caminhando para a formação de uma cooperativa de produção onde estariam juntos todos os dias, e não apenas uma vez por mês.

Trabalhando juntos os cooperados teriam muito mais condições de conversar sobre os problemas comuns e superar a relação subordinada com o capital que segundo Marx é a causadora da miséria de classe, só podendo ser superada pela associação de produtores livres e iguais. O próprio Marx sugeriu que se investisse mais nas cooperativas de produção, quando redigiu as resoluções da assembléia da Primeira Internacional Comunista, que vimos no segundo capítulo.

No entanto este projeto, assim como as outras propostas acima relatadas, ficaram estacionados, barrados principalmente pela não participação dos marceneiros nas reuniões, no não pagamento das quotas-partes e na falta de conhecimento de muitos dos cooperados sobre os reais

princípios do cooperativismo. A ausência dos valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia, substituídos pelos valores de individualismo e competição na formação destes trabalhadores, impediram a prática cooperativa.

Vale destacar que desde março de 2004, quando estabelecemos o primeiro contato com os cooperados da COOMOGuam ficamos na expectativa de participar de reuniões subsequentes com os cooperados, que conforme tinham decidido, se encontrariam todos os meses no dia dez, para discutirem assuntos pertinentes à cooperativa. No entanto, de março a dezembro do ano de 2004, ficamos em contato com os dirigentes do grupo para tentar participar das reuniões que acabaram não acontecendo, o que levou os cooperados a um certo desânimo e descrédito quanto ao êxito dessa cooperativa.

#### **4.1 Desvendando a Cooperativa de Moveleiros de Guajará-Mirim**

Queremos ressaltar que a escolha de nosso objeto empírico de estudo, não foi de forma alguma tendenciosa, para facilitar, por exemplo, a afirmação de qualquer pré-elaboração sobre o tema das cooperativas. (anexo III, foto da sede da cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim e de algumas das máquinas usadas pelos marceneiros)

As circunstâncias nos colocaram frente a uma situação particular, numa cidade localizada dentro da Selva Amazônica, em território rondoniense. No entanto, o que acontece neste espaço geográfico mesmo tendo suas particularidades, está inserido num contexto maior que é a organização da economia e política brasileiras que, por sua vez, são orientadas por determinações transnacionais que influem diretamente no dia-a-dia do trabalhador de qualquer região do Brasil.

Com base nas entrevistas realizadas, pudemos identificar dois subgrupos de trabalhadores. Para facilitar a compreensão do processo em

questão usaremos a expressão subgrupo “A” e subgrupo “B” para diferenciá-los.

No subgrupo “A” composto por dois cooperados, entre os onze entrevistados, estão os moveleiros que são apenas proprietários de marcenaria e que não aprenderam a profissão, ou seja, não trabalham diretamente na produção de móveis, são portanto, patrões do ramo moveleiro. Nessa condição possuem maquinário para beneficiar a madeira e possuem empregados trabalhando em seu estabelecimento.

Aqui aparece uma questão que não podemos deixar de ressaltar, que se refere a situação dos empregados das marcenarias. Todos trabalham apenas por comissões já que não são contratados formalmente. Com a cooperativa, os empregados das marcenarias que compõe a COOMOGuam, passariam a ter direito de ser contratados formalmente. No entanto isso não aconteceu, pois as marcenarias continuaram a funcionar cada qual individualmente. Uma outra questão que envolve os empregados das marcenarias decorre da localização de Guajará-Mirim na fronteira com a Bolívia, o que facilita a incorporação de muitos marceneiros bolivianos, que são considerados mais habilidosos, trabalhando em marcenarias brasileiras.

No subgrupo “B”, estão os outros nove entrevistados, que além de serem moveleiros são também marceneiros, ou seja, são proprietários de marcenaria, mas também trabalham na construção dos móveis. Entre estes marceneiros existem algumas diferenças, alguns possuem maquinário mais simples, outros com mais tecnologia, alguns mantêm empregados e outros trabalham sozinhos ou com a família no “fundo do quintal”. Estes últimos em algumas épocas do ano param suas máquinas e trabalham em outras marcenarias, por não haver demanda de trabalho ou encomendas. Mesmo tendo algumas diferenças dentro deste segundo subgrupo, este se mostrou mais homogêneo, em sua aderência aos objetivos e idéias. As maiores divergências pela nossa análise surgiram em consequência das diferenças entre os subgrupos “A” e “B”.

Outro aspecto que também pudemos constatar foi que a decisão de fundar a cooperativa foi movida pela necessidade de formalizar e legalizar a situação das marcenarias. Como explicitamos, em meados de 2001 o IBAMA deu um ultimato aos marceneiros para que regularizassem suas marcenarias, senão elas seriam fechadas, desta forma, uma cooperativa seria mais viável financeiramente para todos. Muitos marceneiros afirmaram que a idéia de criação da cooperativa partiu do IBAMA.

O processo de criação da COOMOGuam contou também com a participação da Associação Comercial da cidade de Guajará-Mirim. Duas funcionárias desta associação que receberam treinamento sobre o Projeto “Empreender” do SEBRAE, assim que tomaram conhecimento do interesse dos moveleiros em formar a cooperativa, procuraram os marceneiros para fornecer-lhes ajuda técnica.

As reuniões para a formação da cooperativa eram realizadas na sede desta Associação Comercial. O SEBRAE enviou consultores que auxiliaram na “burocracia” para formalizar a cooperativa e deram um treinamento inicial para os cooperados, que teve a duração de três noites e abordou temas como: o que é cooperativa, as vantagens e a necessidade de se associar.

A participação do SEBRAE foi reduzida, mas mesmo assim os consultores foram pagos. Alguns cooperados lembraram que o SEBRAE se comprometeu em conseguir trabalho para a cooperativa, mas que nenhum técnico voltou à cidade para saber do andamento da cooperativa em formação. Já outros cooperados acham que o SEBRAE fez muito, pois ensinou como deveria funcionar a cooperativa e, que se não deu certo, foi só por causa da falta de vontade dos próprios cooperados.

A idéia de cooperação que o Sebrae vem divulgando está bem distante dos princípios cooperativistas, pois é uma cooperação que defende o individualismo e a competição, como percebemos pelo Manual do Projeto Empreender que destaca apenas as vantagens econômicas do associativismo. Parece não ser do interesse das instituições governistas que os trabalhadores deixem de pensar individualmente para pensar

coletivamente. Parece não ser de interesse do governo e do capitalismo que os trabalhadores se organizem para produzirem juntos, percebendo problemas comuns e lutando para resolvê-los organizadamente.

Consideremos ainda que este grupo que formou a Cooperativa dos Moveleiros, não pôde contar com apoio de Sindicato, nem da Unitrabalho, nem da Cáritas, nem mesmo das instituições oficiais como a Fetralbalho e a OCE de Rondônia. Como já explicamos, as instituições oficiais, só são procuradas pela cooperativa depois que esta estiver formada. A ajuda que elas oferecem antes é pontual consistindo na disponibilização de modelos de estatutos para formalizar as cooperativas.

Tentamos entrevistar o presidente da OCE de Rondônia, para saber qual era o papel desta instituição para com as cooperativas, mas ele não nos atendeu dizendo que quem poderia nos ajudar seria a técnica. Com número reduzido de funcionários e apenas uma técnica em cooperativismo que presta suporte técnico para as cooperativas associadas, esta profissional também não nos concedeu entrevista por estar sempre muito ocupada.

As experiências da Unitrabalho (incubadora de cooperativas) e da CUT estão mais concentradas nos estados do Sul, Sudeste, alguns estados do Nordeste sendo que no Norte do Brasil as ações de incentivo às experiências de “economia solidária” são mais efetivas, por enquanto, apenas no estado do Pará.

Essas instituições que assumem como objetivo, disseminar a cultura da economia solidária, estão concentradas nos locais mais populosos, nos grandes centros, onde o número de desemprego é bem mais visível, e que por isso demanda medidas “urgentes”. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o Estado brasileiro está cada vez mais tímido para as ações sociais, sendo que a população que não dispõe de trabalho para gerar renda tampouco pode contar com políticas públicas de atendimento integral às suas necessidades.

Feitas as considerações sobre aspectos importantes que envolveram o processo de formação da cooperativa dos moveleiros, nossa atenção agora se volta para os resultados da nossa pesquisa de campo.

## **4.2 Resultados da pesquisa de campo**

### **4.2.1 Perfil dos entrevistados**

Do grupo inicial da COOMOGuam formado por vinte e nove associados, entrevistamos onze moveleiros. (anexo IV – roteiro de entrevista)

Entre estes onze, sete dos cooperados fazem parte dos conselhos fiscal e administrativo e participaram ativamente do processo de formação da cooperativa. Mas também entrevistamos alguns cooperados que não participaram com tanta dedicação deste processo. Entre esses entrevistados estão cooperados que classificamos como dos subgrupos “A” e “B”.

A faixa etária dos entrevistados fica acima de trinta anos sendo que dez cooperados têm entre trinta e quarenta anos e apenas um deles tem acima de quarenta.

A maioria dos associados da COOMOGuam é formada por homens, provavelmente pela natureza da atividade de marcenaria que exige mais força física. Mas também existem mulheres associadas. Dos cooperados, vinte e cinco são homens e quatro são mulheres. Conseguimos entrevistar apenas uma mulher porque na época em que estávamos realizando as entrevistas uma havia se mudado da cidade e outra já teria mudado de ramo, conforme explicaram alguns associados.

A associada que conseguimos entrevistar relatou que entrou na cooperativa porque a marcenaria, que pertence a seu pai, está no seu nome, então ela representava o pai nas reuniões, mas, não trabalhava na marcenaria.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, cinco são casados, outros cinco são solteiros e um deles é separado. Todos os entrevistados têm

responsabilidades com suas famílias, os casados como provedores e os solteiros e separados na complementação da renda familiar.

Quanto ao grau de escolaridade, seis entrevistados concluíram o ensino médio, dois o ensino fundamental, outros dois estão fazendo supletivo, e um único associado do grupo tem formação superior. A formação para a marcenaria, foi aprendida na prática, pois não existe um curso específico na região onde se ensina o ofício da marcenaria.

Dos marceneiros entrevistados nove são nascidos em Guajará-Mirim e apenas dois vieram para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Destes entrevistados apenas dois já iniciaram suas atividades produtivas desenvolvendo trabalhos com marcenaria, enquanto os outros nove, realizaram outros tipos de trabalho antes da marcenaria. Entre os trabalhos que foram realizados antes da marcenaria estão os de agricultor, garimpeiro, motorista de caminhão, trabalho em empresa de navegação, trabalho em fazenda, vaqueiro, balconista, tipografista, pedreiro, mecânico de carro e de bicicleta, operador de máquinas pesadas, serrador de madeira, trabalho no exército e comerciante.

Como podemos observar as atividades desenvolvidas anteriormente pelos atuais marceneiros, são com algumas exceções, de cunho informal e provisório. O que demonstra que estes trabalhadores estão permanentemente em busca de atividades e de variadas formas de trabalho que possam garantir tranquilidade e estabilidade para suas famílias.

Considerando a época em que iniciaram suas atividades com marcenaria, oito entrevistados optaram por esta atividade justamente a partir da década de 1990, que bem sabemos é a década em que as medidas neoliberais passam a influir diretamente nas decisões políticas e econômicas do país. Desta forma, entre os onze entrevistados, três já exerciam atividades antes da década de 1990, seis deles passaram a exercer na década em questão e apenas dois marceneiros começaram no ramo depois do ano 2000.

Convém lembrar que houve na cidade o crescimento do setor econômico, a partir de meados da década de 1990, com a implantação da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim - ALCGM, que estimulou o crescimento da indústria da construção civil, com a construção de prédios comerciais, residências e instituições governamentais impulsionando entre outras atividades a abertura de marcenarias e serrarias. O crescimento gerado pela ALCGM teve maior euforia nos anos em que o real tinha o mesmo peso que o dólar (1995 e 1996), por isso os produtos importados vendidos em Guajará-Mirim eram muito atrativos. No entanto nos anos seguintes quando o real foi perdendo seu valor frente ao dólar, Guajará-Mirim sentiu seu crescimento econômico diminuir e as conseqüências que não são diferentes das sentidas pelo restante do país, refletidas principalmente na menor oferta de trabalho e emprego.

#### **4.2.2 Porque a opção pela marcenaria?**

Já que nove, entre os onze entrevistados, tiveram experiências em outros ramos de trabalho, observamos alguns depoimentos interessantes que surgiram quando questionamos o que os levou a fazerem a opção pela marcenaria. Procuramos separar as respostas dos moveleiros considerando os subgrupos que distinguimos acima.

Os integrantes do subgrupo “A” foram movidos pelos seguintes motivos quando optaram pela fabricação de móveis:

*“Quero crescer, progredir e ter mais lucro. Já tinha um negócio, mas queria ter outra fonte de renda, então como eu via o meu irmão que tinha uma marcenaria resolvi montar uma também. Até o final do ano penso em abrir outro negócio, talvez em Porto Velho. Quero tentar outro ramo porque a marcenaria já está saturada em Guajará-Mirim, são muitas marcenarias e a produção não escoar da cidade, ou seja, só é vendida por aqui, então faltam encomendas e falta serviço. Hoje*

*está difícil porque há falta de lealdade entre os marceneiros, antigamente os marceneiros combinavam os preços, principalmente de metragem para não ficar muita diferença e todos terem trabalho. Hoje existem algumas marcenarias menores, que barateiam o produto que não é de muita qualidade, que não tem um bom acabamento, mas é porque dependem da marcenaria para sobreviver mesmo e precisam vender de qualquer jeito. Daí quem faz um trabalho com melhor qualidade que fica mais caro sente dificuldades de vender os produtos”.*

*“Eu já tinha um comércio, mas na época achei que abrir uma marcenaria fosse um negócio melhor, hoje acho que cometi um erro, pois é difícil conseguir mão de obra. Os empregados acham que trinta por cento do bruto não é suficiente. E hoje não consigo vender o maquinário se quiser mudar de ramo”.*

No discurso destes moveleiros percebemos que a marcenaria está como um negócio e não como uma profissão. A marcenaria não é o trabalho que realizam. O trabalho deles é gerenciar o negócio que escolheram como forma de obter mais lucro. Fica claro que eles esperam apenas resultados financeiros da forma de negócio que escolheram. No discurso destes moveleiros identificamos como base a lógica capitalista, percebida na preocupação com o lucro e na referência ao trabalhador como uma peça, um objeto.

Já no subgrupo “B” formado por trabalhadores que além de serem proprietários de pequenas marcenarias são também marceneiros, outros motivos os levaram a optar por esta forma de trabalho:

*“Optei pela marcenaria pela dificuldade de conseguir emprego, já que Guajará-Mirim só tem mesmo o trabalho público, ou comércio, ou a possibilidade de ser professor. Fiquei oito anos no exército, mas sabia*

*que seria temporário, então quando saí peguei o meu capital e montei a marcenaria comprando o maquinário”.*

*“Quando comecei a trabalhar com marcenaria era um tempo que tinha madeira com facilidade. Hoje já é mais difícil”.*

*“Antes eu trabalhava na construção civil, mas aí vinha a época de chuvas e eu ficava muito tempo sem serviço, por isso resolvi trabalhar com marcenaria”.*

*“Porque a atividade de marcenaria favorecia mais a parte financeira, e por eu já ter trabalhado com serragem de madeira, facilitou para aprender o trabalho”.*

Neste subgrupo identificamos a preocupação dos trabalhadores em realizar uma atividade que lhes proporcionasse segurança, já que estavam em trabalhos temporários ou informais que não lhes garantiam a renda e estabilidade que gostariam. A marcenaria representou para eles a oportunidade de conquistar essa estabilidade.

Outros integrantes do subgrupo “B” tiveram motivações diferentes:

*“Eu me identifiquei com a profissão e hoje trabalho com fabricação de móveis porque gosto do que faço”.*

*“Na verdade não escolhi, quando tinha quinze anos meu irmão já tinha uma marcenaria onde aprendi a profissão de marceneiro”.*

*“Achava interessante e tinha vontade de trabalhar com madeira. Juntei dinheiro e comprei uma máquina de fazer forro. Depois fui comprando as outras máquinas. Hoje tenho seis máquinas que custaram entre dois e três mil reais e uma que custou catorze mil reais”.*

São trabalhadores que desde o início de sua vida produtiva, aprenderam a arte da fabricação de móveis. Esses trabalhadores vêm a marcenaria como o seu trabalho, que pode lhes garantir o sustento e realização pessoal. Sentimos no discurso destes trabalhadores à satisfação em saber fazer algo, mesmo que paire sobre eles também a preocupação com alguns aspectos como com a obtenção da matéria-prima que é a madeira, e que já foi em outros tempos mais abundante.

#### **4.2.3 A idéia de cooperativa**

Tendo conhecimento dos motivos que levaram os trabalhadores a optarem pela marcenaria, partimos para outras questões, como por exemplo, de onde surgiu a idéia de formar uma cooperativa e como cada um passou a fazer parte deste processo. Novamente percebemos que motivações diferentes orientaram o grupo. Quatro dos marceneiros entrevistados disseram que foram convidados pelo Senhor Nildo, que foi um dos marceneiros que esteve presente em todo o processo de formação da cooperativa, e começaram a participar das reuniões que aconteciam na Associação Comercial de Guajará-Mirim.

Outros quatro marceneiros já citaram a “intimação” que receberam do IBAMA:

*“Foi através do pessoal do IBAMA, que estava fazendo pressão para que cada marcenaria fosse uma firma, (legalizar situação de micro empresa) então a saída foi fazer a cooperativa para solucionar estes problemas para a maioria dos trabalhadores”.*

*“Se não me engano foi em 2001, através do IBAMA, que foi quem deu a idéia, pois a maioria das marcenarias foi notificada por esta instituição que deveria registrar-se como firma ou então teria que*

*fechar a marcenaria. A própria D. Lúcia do IBAMA que deu a idéia de cooperativa”.*

Os outros três entrevistados disseram ter sido convidados pelo pessoal da Associação Comercial, ou que ouviram uma notificação pela rádio local para ouvir uma palestra sobre cooperativa.

Não temos dúvidas que o principal motivo que levou a maioria dos marceneiros a formar uma cooperativa foi a situação irregular de suas marcenarias e o medo de perderem seu meio de sobrevivência por estarem trabalhando “ilegalmente”. Fica claro que a opção pela cooperativa surgiu por ser mais viável economicamente já que impostos e tarifas são reduzidos para esta forma de trabalho, enquanto que para abrir uma pequena empresa os impostos, tarifas e exigências vão se tornando cada vez mais inviáveis à maioria da população.

Os cooperados também definiram o que entendem por cooperativa. No subgrupo “B”, sete dos cooperados convergiram para o entendimento de que cooperativa é trabalho em grupo: *“um grupo de trabalhadores com o mesmo objetivo”, “trabalho para uma classe de trabalhadores que hoje tem dificuldades de escoar seus produtos”,* ou ainda *“é a união de muitos para o bem estar de todos”*. Ainda entre os entrevistados do subgrupo “B”, dois deles disseram não saber o que significava cooperativa, e apenas um dos entrevistados, classificado no subgrupo “A” fez referência apenas ao aspecto financeiro quando questionado sobre o que significava cooperativa: *“cooperativa é uma oportunidade de ótimos negócios, agora é só em cooperativa que estão trabalhando e a gente se livra de um monte de impostos”*.

Este cooperado deixa transparecer na sua fala justamente o que o SEBRAE divulga como sendo o objetivo da cooperativa “oportunidade de ótimos negócios” e “associativismo é a solução”.

Como podemos perceber, pela definição geral de cooperativa que os cooperados elaboraram, não existe um dimensionamento dos princípios

cooperativistas, uma preocupação real com a efetivação da solidariedade e da emancipação dos trabalhadores.

#### **4.2.4 Vantagens do trabalho em Cooperativa**

Na questão seguinte destacamos o que os trabalhadores consideram como vantagens da associação em cooperativa. Essas respostas mostram os motivos particulares que levaram os associados a cooperativar-se, e em busca de que vantagens o fizeram. Novamente separamos as respostas dos trabalhadores considerando os dois grupos que destacamos.

No subgrupo “A” obtivemos a seguinte resposta de um dos entrevistados:

*“Associei-me a cooperativa para ter mais lucro. Hoje quem trabalha em grupo tem mais sucesso. A cooperativa poderia estar sendo tocada com menos associados. É o que acontece em Ariquemes - RO, são seis caras que tocam o pólo moveleiro, o pessoal tinha dinheiro, investiu, só precisou de vinte marceneiros para legalizar o estatuto. Depois quem está tocando são apenas seis marceneiros. Era o que nós poderíamos fazer aqui”.*

Como percebemos esse associado considera que o importante era que a cooperativa funcionasse, mesmo que para isso apenas com poucos sócios, demonstrando descaso com a luta destes trabalhadores, com a solidariedade de classe.

É interessante observar que o trabalhador quando passa para a condição de pequeno patrão, incorpora a lógica capitalista e passa a perseguir apenas e tão somente o lucro, considerando **natural** que outros não tenham as mesmas chances de trabalho.

É importante perceber a gravidade da hegemonia deste pensamento e como ele se reproduz no dia a dia de qualquer trabalhador. Sobre isso

SANTOS (2002) alerta, quando diz que: “no início do século XXI, a tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais é particularmente urgente porque vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial”.

Os valores de individualismo e competição compõe o subjetivo dos trabalhadores, como percebemos na fala desse cooperado.

Já no subgrupo “B” surgiram as seguintes respostas quanto as vantagens que esperavam obter através da cooperativa:

*“Achei que ia ser uma boa, na época estava começando com o negócio da marcenaria e achei que a cooperativa ia vim complementar, **facilitar para comprar o material e matéria-prima e depois para vender os produtos.** Aqui estamos muito limitados, tem pouca vasão para os nossos produtos, a cidade é pequena, **talvez com a cooperativa a gente até conseguisse exportar.** Também iríamos conseguir gerar mais empregos na cidade. **Eu já vi na TV, na AMAZON SAT uma cooperativa de moveleiros que dá certo lá em Manaus, Rio Branco também tem. Eles têm um escritório central que recebe as encomendas e passa para as marcenarias, assim eles dividem o trabalho, não precisa ficar todo mundo trabalhando junto, como alguns queriam aqui.**”*

*“Trabalhar sozinho é muito difícil, em cooperativa poderíamos conseguir comprar os materiais que usamos por melhores preços como lixas, tintas, ferramentas, e até a matéria prima que é a madeira. Hoje em dia tem madeira para todos, mas daqui uns dois ou três anos, já deve começar a faltar e a fiscalização vai ser mais dura. **Com a cooperativa compraríamos a madeira de forma legalizada, tudo com nota fiscal e não teríamos problemas.** Agora tem épocas do ano que fica difícil conseguir madeira, na época de chuvas o*

*tronqueiro<sup>1</sup> não entra na mata se não tiver uma encomenda de carga completa e nenhum marceneiro tem condições de comprar um caminhão inteiro de toras. **Também poderíamos dividir melhor o serviço porque alguns têm muitas encomendas e outros quase nada**".*

*"**Acreditei que seria mais fácil e barato para comprar a matéria prima que usamos pra trabalhar. Quando trabalhamos sozinho na marcenaria, compramos produtos em pequena quantidade. Se comprássemos juntos para a cooperativa iríamos baratear o custo para todos porque seria em grande quantidade. Também seria melhor para vender o produto, já que aqui têm muitas marcenarias. Aproximadamente oitenta e seis. A concorrência está ficando apertada**".*

Percebemos que as aspirações da maioria dos cooperados convergem no aspecto econômico, pois todos apostavam na cooperativa como uma forma de baratear os custos da produção, e de obter facilidades na hora de vender seus produtos. A cooperativa também seria a esperança de mais trabalho que viria em forma de encomendas.

No entanto divergem quanto ao que acreditavam que seria a forma de conduzir os trabalhos da cooperativa. Enquanto alguns esperavam continuar o trabalho em suas próprias marcenarias recebendo encomendas através da cooperativa, que caracteriza uma cooperativa de trabalho, outros pensavam em trabalhar juntos num mesmo local, caracterizando uma cooperativa de produção.

Nas **vantagens** do trabalho em cooperativa apontadas pelos marceneiros da COOMOGuam, percebemos, fazendo uma comparação com os princípios cooperativistas, que estes trabalhadores, não tiveram

---

<sup>1</sup> Tronqueiro é o nome atribuído à pessoa que entra na mata com caminhões e tratores para tirar as toras de madeira.

conhecimento do conteúdo destes princípios e do real significado da cooperativa. A cooperativa que poderia proporcionar algum horizonte emancipatório é a que valoriza e se preocupa em primeiro lugar com seus próprios associados. Mas os valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, eqüidade e solidariedade ficam inviáveis quando quem dá as regras é um mercado que não vai consumir tudo o que se produz.

O grande desafio é como diz Santos, questionar essa lógica perversa de que apenas alguns têm direito de progredir e que isso é tido como normal, natural.

Essa discussão se torna difícil e complicada, porque os trabalhadores são levados a acreditar no ideal capitalista de que é preciso se adequar ao mercado para ser um empreendedor de sucesso. As próprias agências de incentivo ao associativismo, no caso, o SEBRAE, passam uma visão distorcida da realidade, de forma que os cooperados só conseguem perceber na cooperativa, as vantagens econômicas, e se essas vantagens não se concretizam, ainda passam a culpar uns aos outros pelo fracasso da cooperativa.

#### **4.2.5 Dificuldades da prática cooperativa**

Como já pudemos constatar, a Cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim não conseguiu pôr em prática, o que se propôs no papel. Ou seja, os cooperados não conseguiram chegar a um consenso de como dividiriam entre si o trabalho da cooperativa. Vejamos a seguir quais foram as dificuldades apontadas pelos marceneiros, que emperraram a concretização da prática cooperativa, já que na “teoria” (estatuto) estava tudo pronto para a cooperativa funcionar.

Entre as principais dificuldades sentidas pelos cooperados estiveram:

##### **a) Burocracia para fazer a documentação**

*“Foi muito difícil a parte financeira, porque para regularizar a situação de cooperativa tem que pagar muitas taxas, **para fazer os documentos, muita burocracia**, tive que assinar vários papéis que até hoje não sei direito do que tratavam. E também tivemos que refazer várias vezes porque qualquer letra que estava errada os documentos voltavam. Acho até, que agora no final do ano (referindo-se ao final de 2004 e início de 2005) quando terá que se fazer nova eleição para presidente da cooperativa ninguém vai querer, porque é muita trabalhadeira e responsabilidade para não ver resultado. Eu mesmo se tivesse que começar tudo de novo depois de tanta trabalhadeira não faria.” (Cooperado do subgrupo “B”)*

Entre as principais dificuldades sentidas pelo grupo que ficou mais atuante na organização do estatuto **esteve a elaboração da documentação que formaliza a cooperativa**, que além de ser **complicada** foi **dispendiosa**, pois custou caro aos cooperados.

Acompanhando o raciocínio de Tavares, percebemos o quanto é delicado este processo:

O processo de concepção de uma cooperativa precisa de uma comissão organizadora e de pessoal qualificado para a administração executiva, além de um contador que conheça os procedimentos cooperativistas. E até que se realize a assembléia geral para a fundação da cooperativa, são necessários diversos procedimentos burocráticos, que demandam conhecimento e recursos. Uma cooperativa para funcionar precisa ter uma sede com capacidade para acomodar a parte administrativa, que requer móveis e no mínimo, um computador e uma impressora, além de espaço suficiente para reuniões, assembléias, treinamentos etc. (TAVARES, 2004, p. 157)

Tudo isso exige a dedicação de uma pessoa ou de um grupo, que tenha conhecimento destes procedimentos e que se disponha a desenvolvê-los. A providência seria contratar alguém com este conhecimento, o que significaria investimento e que não era viável no caso dos marceneiros de

Guajará-Mirim. Por isso um grupo de marceneiros assumiu tal compromisso orientado por um contador e pelos técnicos do SEBRAE, que auxiliaram na elaboração da documentação. Obviamente o contador e os técnicos do SEBRAE foram pagos para isso.

Além disso, continua Tavares “toda cooperativa tem um Conselho de Administração, formado por um presidente, um diretor financeiro e um diretor administrativo, eleitos entre os associados, além dos Conselhos Fiscal, Ético e Técnico”. (2004, p.157) Também essas providências foram tomadas pelos associados da COOMOGuam. Percebemos, no entanto, que o grupo que ficou envolvido com os conselhos e com a administração da COOMOGuam, sentiu-se sobrecarregado em ter que resolver todas estas questões. A burocracia para a formalização da cooperativa representou um **limite** para a prática, ao invés de ser o incentivo fomentador do grupo, pelos princípios e objetivos que congrega.

#### **b) Não pagamento das quotas-parte**

*“Muitos não pagam as quotas-partes o que dificulta da gente conseguir juntar um fundo para botar a cooperativa em funcionamento.” (Cooperado do subgrupo “A”)*

*“Também foi um problema a falta de dinheiro para comprar os produtos, ou seja, faltou capital inicial. Ter que pagar as quotas-partes de trinta reais ficava pesado para alguns, parece pouco, mas não é, pois tem mês que não aparece encomenda nenhuma principalmente quando chove muito (janeiro a abril), daí acumulava e alguns desistiram por isso”. (Cooperado do subgrupo “B”)*

*“A meta estabelecida de vinte quotas-partes de trinta reais mensais, a maioria não pagou, daí faltou o capital de giro pra começar a andar.” (Cooperado subgrupo “B”)*

O Estatuto da COOMOGuam, orientado pela Lei 5.764/71, prevê os fundos que a sociedade é obrigada a constituir, entre eles:

Art. 44º (...)

I – o Fundo de Reserva – FR, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício;

II – o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e em caso excepcional, aos empregados da sociedade; constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício.

(...)

Art. 49º Os prejuízos de cada exercício apurados em balanço; serão cobertos com o saldo do Fundo de Reserva – FR.

Parágrafo único. Quando o Fundo de Reserva não for suficiente para cobrir os prejuízos operacionais referidos neste artigo, esses serão rateados entre os associados na razão direta das operações realizadas com a sociedade.

Ora, como constatamos a cooperativa sequer conseguiu realizar um primeiro trabalho, então como poderia ter sobras líquidas? E como fazer um rateio entre os associados se muitos sentiam dificuldades para pagar até mesmo as quotas-partes? Esses problemas financeiros, aliados aos burocráticos, foram desgastando o interesse do grupo que inicialmente abraçou com afincos a idéia da cooperativa. Podemos afirmar que os custos para legalizar a cooperativa e o não pagamento das quotas-partes, foram também **limites** que se colocaram à prática cooperativa dos moveleiros de Guajará-Mirim.

### ***c) Não soubemos fazer o que propôs o SEBRAE***

*“Faltou colocar em prática o que a gente aprendeu, o **SEBRAE explicou tudo direitinho** como tinha que ser o trabalho da cooperativa, mas pela **falta de interesse** de cada um não fizemos*

*nada. Gosto muito de assistir o programa Pequenas Empresas Grandes Negócios, tenho esperança de progredir, tenho o sonho de ver o negócio dar certo.” (Cooperado subgrupo “B”)*

Voltamos a destacar, a partir do relato deste cooperado o que já salientamos no segundo capítulo, quando falamos sobre o papel desenvolvido pelo Sebrae, quando TAVARES (2004, p.139) esclarece que:

As instituições são concebidas para manter os sonhos e, muito mais, para que o capital se legitime como forma eterna, são concebidas instituições, por um lado para defender a idéia de economia aberta, na qual é possível a passagem de uma classe a outra, e por outro para fazer crer na existência de um mercado em que a igualdade cancela os conflitos de classe.

O que acontece é que não se divulga o grande número de falências das pequenas empresas, fazendo com que os pequenos empresários que não obtêm o sucesso, passem a se culpar por seu fracasso, como se fossem os únicos a não conseguir. “O que os candidatos a pequenos empresários desconhecem é que esse tipo de empresa só consegue se difundir onde o capitalismo atinge maior desenvolvimento, embora algumas já nasçam orientadas ao atendimento de uma grande empresa”, explica TAVARES (2004, p.138)

Dessa forma “o sonho” de atingir o que algumas instituições propagam ser fácil, quando destruído pela realidade também se transforma em **limite** para o trabalhador ir mais fundo na autentica prática cooperativa. Então, além de “enganar” o trabalhador sobre as reais possibilidades de inserção no mercado, o SEBRAE colabora para a desunião do grupo.

#### **d) Falta de participação**

*“Outra coisa é a falta de participação dos associados, muitos não comparecem às reuniões e nós que somos da diretoria ficamos*

*sobrecarregados. Falta cada um acreditar mais no negócio e agir.”*  
**(Cooperado subgrupo “B”)**

*“Os sócios que não acreditaram e queriam lucro imediato. As pessoas não entendiam que primeiro a gente tinha que trabalhar para fortalecer e depois ver o lucro. O Nildo todo dia dez do mês avisava todo mundo (os vinte e nove associados) que teria reunião e só apareciam dez ou doze. Foi essa participação que faltou”.*  
**(Cooperado subgrupo “B”)**

*“É a falta de interesse pelos próprios cooperados, é o descaso de muitos e a falta de capital e principalmente a falta de união. Nas primeiras reuniões alguns se empolgaram mais, porque achavam que seria fácil, até mesmo para conseguir um empréstimo. Muitos acharam que iria aparecer dinheiro fácil.”* **(Cooperado subgrupo “B”)**

A **falta de participação** dos sócios nas reuniões foi apontada como uma das grandes causadoras do fracasso da cooperativa. A única vez em que conseguiram reunir todos os associados foi quando aprovaram o Estatuto da COOMOGuam. Depois disso, dos vinte e nove associados, não mais que doze participavam das primeiras reuniões. E mais tarde quando passamos a acompanhar o processo de formação desta cooperativa, durante nove meses (de março a dezembro de 2004) só conseguimos nos reunir com três associados em uma mesma vez. Essa **falta de participação** é prova de que os princípios cooperativistas não foram apreendidos pela maioria dos associados.

A participação deve ser uma iniciativa do próprio trabalhador, não uma imposição, o trabalhador deve sentir necessidade de partilhar suas dificuldades com seus companheiros. As constatações mostram que um

grande número de associados desistiu de participar quando percebeu que não teriam **lucros imediatos**.

#### e) **Prioridade dos interesses particulares**

*“Esbarramos nos deveres próprios, nos interesses particulares dos sócios”. (Cooperado subgrupo “B”)*

*“Cada associado tem a sua marcenaria, a cooperativa ficou sendo **uma segunda coisa**, um segundo negócio e não era pra ser assim, era para ser tudo uma coisa só, mas não é. Eu fico com a minha marcenaria e tenho que correr atrás para tentar fazer a cooperativa dar certo, e a maioria, talvez por cansaço depois de um dia de trabalho, ou talvez por falta de interesse, ou porque agora não está precisando, deixa de participar das reuniões e cada vez fica mais difícil.” (Cooperado subgrupo “B”)*

Como as vantagens que a maioria dos cooperados esperava da cooperativa eram vantagens econômicas, ou seja, receber logo os resultados financeiros e lucrativos, o interesse e a participação diminuíram quando alguns cooperados perceberam que o trabalho em cooperativa exigia muita dedicação e esforço em resolver questões pertinentes a todo grupo e que para isso era necessário que todos os cooperados fizessem uma pausa no seu cotidiano para refletir e perceber essas questões. Muitos trabalhadores deixaram transparecer nas suas falas a ausência de identificação com os problemas do grupo no todo.

A predominância dos interesses particulares reflete o individualismo que se transforma em **limite** para a concretização da cooperativa. O interessante é que observando o estatuto da COOMOGuam, principalmente as partes que destacamos em negrito podemos considerar que estão de

acordo com princípios cooperativistas, mas que na prática se tornaram inviáveis. Vejamos:

A cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim – COOMOGuam, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, tem por objetivo, congrega, de forma multidisciplinar, profissionais que exerçam atividades no sistema de produção de artesanato similares em geral; **promovendo a união destes e a defesa de seus interesses.**

1º Para a consecução destes objetivos, a sociedade deverá, na medida de suas possibilidades: (...)

e) fornecer condições adequadas a seus cooperados; (...)

3º Seja qual for a natureza ou a forma dos serviços prestados, a sociedade observará o **princípio da livre oportunidade de trabalho para todos os associados.**

Quem pode promover a união dos profissionais e a defesa de seus interesses se não os próprios trabalhadores? Acontece que os interesses são diferentes, ou, se não são diferentes são **interesses particulares que movem os associados**, o que inviabiliza a cooperativa (que são os associados) de fornecer condições adequadas a seus cooperados e respeitar o princípio da livre oportunidade de trabalho para todos os associados. Provavelmente se os interesses de alguns forem realizados outros sairão prejudicados. Essa é a lógica perversa do mercado, que já viemos destacando várias vezes neste texto.

**f) Divergências entre os cooperados (subgrupo “A” e subgrupo “B”)**

*“Teve também um pouco de preconceito no grupo quanto as diferenças de classes, diferentes maquinários. Teve um alvoroço (ânimo inicial) que depois diminuiu”. (Cooperado subgrupo “B”)*

*“Também fiquei magoado com alguns associados nas reuniões quando um **companheiro “desdenhou”** dos que tinham máquinas de menor qualidade, deu a entender que os marceneiros com menos condições não fariam um bom acabamento nos móveis. Tenho máquinas no fundo do quintal mais está tudo legalizado. Tenho licença para trabalhar. **Já tem marceneiro que nem sabe mexer com a madeira, tem marcenaria mas os outros é que trabalham pra ele.** Senti desânimo de participar das reuniões.” (Cooperado subgrupo “B”)*

*“Faltou alguém pra meter a cara e conseguir serviço. O presidente (da cooperativa) tinha que ficar cotucando o SEBRAE, porque o SEBRAE conseguiria trabalho pra gente. Então o que faltou foi alguém para correr atrás de encomendas, mas a pessoa se perguntava porque ia gastar o seu tempo e seu dinheiro, na estrada ou com ligações telefônicas.” (Cooperado subgrupo “A”)*

*“Faltou na ponta chegar a órgãos públicos e federais e se oferecer para fazer trabalhos. Mostrar que a cooperativa existe. Porque se fizer os papéis e guardar quem vai saber que existe?” (Cooperado subgrupo “A”)*

Também ficaram visíveis como as divergências entre os subgrupos “A” e “B” dificultaram a prática cooperativa. Cooperados do subgrupo “A” demonstraram em suas falas que realmente não estavam preocupados se não tivesse encomendas para todos, como vimos numa fala acima, e alguns cooperados do subgrupo “B” quando sentiram este descaso sentiram-se desmotivados em participar da cooperativa.

Também é interessante destacar que os dois cooperados do subgrupo “A” foram os que atribuíram o fracasso da cooperativa a equipe que compôs os conselhos fiscal e administrativo. Na fala destes moveleiros ficava muito clara a preocupação com o lucro a qualquer custo.

**g) Expectativa pela cooperativa de produção**

*“Uma vez vi na televisão um grupo de mulheres que fizeram uma cooperativa de costura, trabalhava todo mundo junto. Eu pensei que a nossa seria assim, mas depois vi que ficaria cada um no seu canto. O que faltou foi à união do grupo.” (Cooperado subgrupo “B”)*

*“Pra dar certo teria que ter um galpão grande e as máquinas específicas da cooperativa. Mas quando começamos a conversar sobre como seria o trabalho na cooperativa ficou complicado, porque imagina se viesse um pedido de determinado produto, mil cadeiras por exemplo, e fosse dividido para que cada marcenaria fizesse uma parte. Já não ia dar certo porque as máquinas são diferentes, e o acabamento dos produtos ficaria diferente. Numa empresa grande de móveis de cozinha por exemplo, não tem um marceneiro que saiba fazer e montar um móvel, tem operadores de máquinas e cada um faz uma parte. Acho que **precisaria ter sido feito um treinamento para todos trabalharem igual.**” (Cooperado subgrupo “B”)*

*“Aceitei me associar porque achei que seria para trabalhar em grupo, todos produzindo juntos, mas depois de algumas reuniões vi que não era assim e me decepcionei. (Cooperado subgrupo “B”)*

Alguns associados esperavam que através da cooperativa fossem trabalhar juntos, num mesmo local, utilizando as mesmas máquinas, ou que inicialmente pudessem dividir o trabalho entre si, caso recebessem uma grande encomenda. No entanto ao participarem das reuniões onde questões como estas deveriam ser resolvidas só conseguiam gerar mais desentendimento, porque alguns marceneiros afirmavam que nem todos

tinham capacidade de fazer um trabalho de qualidade. Os cooperados não conseguiram definir qual seria a melhor alternativa para todos.

A diferença básica e essencial entre a cooperativa de produção e a cooperativa de trabalho é que enquanto na primeira os trabalhadores produzem com as máquinas que são da cooperativa e estarão juntos todos os dias nessa produção, na cooperativa de trabalho cada moveleiro continuaria produzindo na sua marcenaria particular, com as suas máquinas, mas recebendo encomendas através da cooperativa. Encontraria os outros membros da cooperativa uma vez por mês para discutir assuntos pertinentes ao desenrolar do trabalho.

Mesmo nesta simples diferenciação de ramos do cooperativismo, podemos perceber como a dinâmica da cooperativa de trabalho inviabiliza a prática cooperativa em si, pela distância que proporciona entre os cooperados durante o processo da produção. Sem a troca diária com os outros trabalhadores, fica muito mais difícil perceber que os problemas enfrentados “individualmente” são os mesmos enfrentados pelo “coletivo” (dificuldade na obtenção de matéria prima, auto custo dos materiais, poucas encomendas, entre outros) e que estando juntos os trabalhadores terão muito mais força para conquistarem o que desejam.

#### **4.2.6 Algumas considerações sobre as possibilidades e limites da Cooperativa de Trabalho**

Além das dificuldades apontadas pelos cooperados destacamos algumas questões que aparecem como limites à prática cooperativa. A primeira delas, diz respeito à ausência de um programa de capacitação e monitoramento que assuma a tarefa de promover a capacitação continuada aos cooperados. A formação para o autêntico cooperativismo poderia ajudar o trabalhador a apreender as mudanças em curso e compreender as dificuldades dessa forma de trabalho. Como Marx já insistia é necessário que se divulguem os princípios cooperativistas.

Em segundo lugar, entre as condições objetivas que impedem a consolidação da cooperativa podemos citar a preocupação com a concorrência que existe na cidade, já que são oitenta e seis (86) marcenarias aproximadamente. Diante dessa situação os cooperados alegam que há um excesso de marcenarias e por isso a produção deles teria que sair da cidade e expandir fronteiras. Mas, além disso, constatamos que a produção de móveis de madeira cresce por todo o estado de Rondônia, assim como no Acre, Amazonas e demais estados da região Norte. Só em Rio Branco, capital do Acre, existem mais que seiscentas (600) marcenarias. Em decorrência disso, por mais que se consiga exportar móveis, (idéia divulgada pelo SEBRAE, mas também muito difícil de viabilizar) a procura não atenderá as expectativas de todos estes trabalhadores. O móvel escolhido para ser vendido para outro estado do Brasil, ou para fora de nossas fronteiras, vai ser o móvel que tiver mais qualidade, provavelmente feito com as melhores máquinas que só podem ser adquiridas por quem tem mais capital.

Como conseqüência, os pequenos produtores, com menos capital para investir, dificilmente terão possibilidade de concorrer com grandes produtores em igualdade de condições. Enquanto o modo de produção vigente for o capitalismo, a desigualdade e a competição tendem a prevalecer sob o jugo do mercado. A concorrência enfrentada pelos trabalhadores dentro da cidade de Guajará-Mirim se expande sendo até mais ampla nos arredores da cidade e no estado de Rondônia.

Muitos dos trabalhadores que optaram pela marcenaria e movelaria em tempos em que a madeira, sua matéria-prima, era conseguida com facilidade e abundância e que o produto final era vendido com certa facilidade, dado o crescimento econômico da cidade, agora, se deparam com dificuldades que aumentam a cada ano, tanto para conseguir a madeira, quanto para a comercialização de seus produtos devido a grande concorrência dentro e fora da cidade.

A expectativa dos trabalhadores pela cooperativa era de uma forma de trabalho que viesse facilitar o seu dia a dia, criando novas condições de

produção lhes proporcionando melhores condições de vida. Cada qual tinha anseios particulares, e diante do insucesso passaram a culpar uns aos outros pelo fracasso da cooperativa.

TAVARES (2004, p. 21-22), buscando apreender a forma como os trabalhadores são envolvidos pelos ideais capitalistas passando a reproduzi-los, explica que:

A informalidade gerada pela descentralização produtiva cria no trabalhador a **ilusão** de que a posse de meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos de natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos capazes de se confrontar no mercado em condições iguais. (...) No entanto a taxa de mortalidade das pequenas e micro empresas e a intensidade da exploração a que são submetidas as formas de trabalho consideradas independentes se encarregam de denunciar como é **ilusória** até mesmo a idéia de que todos podem ser pequenos patrões. (...) é muito comum encontrar trabalhadores que defendem a possibilidade de trabalhar por conta própria como sendo a melhor alternativa desta sociedade. No entanto esta suposta autonomia, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário.

Tavares destaca nesta reflexão como os trabalhadores são iludidos quanto às suas reais condições de confronto no mercado. A mídia e muitas instituições fazem o trabalhador acreditar que se ele tiver os instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos de natureza subjetiva poderá competir no mercado com iguais condições. Devemos reconhecer que além da ilusão que causa aos trabalhadores a idéia de que todos podem ser “pequenos patrões”, estas práticas também escondem as reais dimensões do desemprego, pois quando tem um pequeno negócio, o “trabalhador não é considerado desempregado e sim empreendedor”. Entretanto muitas vezes este pequeno negócio lhe custou um grande investimento, como o que fizeram os marceneiros de Guajará-Mirim ao comprarem as máquinas para

suas marcenarias, e que na maioria das vezes não trazem os resultados esperados.

Outra conseqüência que merece destaque diz respeito a fragmentação da classe trabalhadora pelo individualismo, persistente no grupo a exemplo do que ocorreu com os marceneiros de Guajará-Mirim que vêem uns aos outros como competidores e ameaçadores do sucesso individual, ao invés de se perceberem como vítimas de um sistema estruturalmente excludente. Desta forma o trabalhador se distancia do horizonte revolucionário que pode levá-lo a emancipação.

Voltamos aqui ao cerne de nossa pesquisa que teve como objetivo identificar limites e possibilidades para a emancipação do trabalhador através de uma cooperativa de trabalho.

A cooperativa de moveleiros e marceneiros de Guajará-Mirim, como pudemos constatar, não se efetivou na prática, visto que os seus associados não realizaram sequer um trabalho coletivo ou uma encomenda pela cooperativa que envolvesse todos os cooperados.

Que limites e possibilidades pudemos identificar para a emancipação dos trabalhadores da COOMOGuam, a partir da análise da experiência em foco?

Dada a complexidade desta questão, tentaremos pontuar alguns elementos que de uma forma ou de outra são constituintes do processo analisado. Como limites à emancipação destes trabalhadores destacamos os seguintes aspectos:

✓ o pensamento hegemônico neoliberalista, que “endeusa” o mercado e reafirma os valores capitalistas do individualismo e da competição é fortemente difundido pela mídia e pelo SEBRAE, entre outras agências. Assim esses valores permanecem no subjetivo dos trabalhadores, dificultando uma quebra desse paradigma, no sentido de afirmação dos valores de solidariedade, ajuda mútua, autonomia e democracia conforme preconiza o cooperativismo;

✓ a ausência de condições objetivas de trabalho, agravadas pelas mudanças na esfera do trabalho e a debilidade das políticas sociais públicas que no contexto de crescimento do terceiro setor, eximem o Estado de responsabilidades para com a proteção social, deixam o trabalhador mais vulnerável e sem muitas opções de escolha. Esse quadro de realidade impeliu os marceneiros de Guajará-Mirim para a organização da cooperativa examinada na nossa pesquisa;

✓ as subdivisões no grupo condicionaram a visão dos cooperados, pois enquanto para alguns a cooperativa era um negócio, para outros era a esperança de realização de um trabalho conjunto, onde superariam as dificuldades enfrentadas individualmente;

✓ a opção pela cooperativa de trabalho, onde cada moveleiro ficaria na sua própria marcenaria e sendo a cooperativa apenas um escritório de encomendas, também se constituiu em obstáculo a concretização da cooperativa, pois praticamente inviabilizou a organização do trabalho conjunto;

✓ a falta de uma agência, ou de agentes que discutissem com os cooperados os princípios e valores cooperativistas em oposição a prática vigente por parte dos órgãos de fomento que foi um repasse de informações, como se fosse uma fórmula mágica ou um pacote pronto que garantiria o êxito da organização da cooperativa.

Também identificamos como **possibilidade** na perspectiva emancipatória dos trabalhadores, ou pelo menos possibilidade de caminhar no sentido dessa emancipação, a vivência de uma experiência cooperativa de trabalho. Mesmo que tímida, a idéia de cooperativa de produção, defendida por alguns moveleiros, demonstra que alguns dos trabalhadores já apreenderam que é pela organização e união da classe que eles podem garantir força e conquistar direitos.

Não que a cooperativa de produção seja em si “a salvação”, pois mesmo neste trabalho já destacamos que o capital procura se apropriar de toda e qualquer idéia que possa lhe render lucros.

Mas, do nosso ponto vista, a cooperativa de produção é um caminho que pode ser estimulado, defendido, assim como os princípios cooperativistas devem ser divulgados e estudados para serem apreendidos. Até mesmo os valores que orientam a prática cooperativa precisam ser reconstruídos em referência às transformações observadas, hoje, no mundo do trabalho.

Concordamos com TIRIBA (2005) que considera que é necessário uma educação para a cooperação. Essa autora que se dedica ao estudo do associativismo e da autogestão considera que se temos como horizonte o fim do capitalismo e a luta pela construção de uma sociedade socialista, não podemos desprezar a luta coletiva dos trabalhadores pela sobrevivência e pela reprodução da vida: “penso ser preciso apostar no associativismo, seja na forma de grupos de produções, cooperativismo ou qualquer outro estilo em que os trabalhadores contraem laços de associatividade na vida e no trabalho.”

Neste sentido, a autora procura distinguir as práticas auto-gestionárias dos trabalhadores considerando que não se pode cair na armadilha do cooperativismo que colabora com o modelo neoliberal de produção capitalista, do qual já falamos muitas vezes neste trabalho.

A idéia de educação que TIRIBA (2005, p.05) defende, pode ser resumida na citação a seguir:

Frente à crise estrutural do emprego e o aumento da pobreza, os trabalhadores se vêem hoje diante de três perspectivas de educação. A primeira, que está sendo muito divulgada pelo discurso oficial, chama-se “educação para a empregabilidade”, ou seja, a educação para que o trabalhador consiga transformar sua força de trabalho em mercadoria. Embora se constate que a crise do emprego é estrutural, a proposta da “educação para a empregabilidade” esta aí, a todo vapor, representando e reproduzindo o discurso do capital. A segunda, a qual estou chamando de “educação para a gestão do próprio negócio” ou “educação para o

empreendedorismo”, tem como perspectiva que os trabalhadores tornem-se empreendedores, pequenos empresários. Penso que nem a primeira nem a segunda são perspectivas de educação que nos interessam. O terceiro tipo de educação é o que estou denominando “pedagogia da produção associada”, a qual, acredito ser o tipo de educação que nos encaminha para o exercício e para o horizonte da autogestão.

Nesta fala de Tiriba, identificamos o que viemos falando ao longo de todo nosso trabalho, quando analisamos as dificuldades do trabalhador frente a crise do desemprego estrutural, tendo que lidar com as opções de empregabilidade e empreendedorismo.

Concordamos com a autora ao reconhecer que o potencial emancipador existe, e está nas cooperativas populares, nas associações de trabalho e nos grupos de produção “que não são apenas uma forma de driblar o desemprego, mas sim um instrumento para a organização dos setores populares.” (TIRIBA, 2005, p.06)

Segundo TIRIBA, (2005, p. 06)

Como processo educativo, o exercício da auto gestão nestes empreendimentos é uma das condições para o longo processo de desalienação do trabalho. Isto porque uma profunda revolução não se realiza apenas com a tomada ou com a conquista do poder do Estado e com a passagem dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, mas fundamentalmente, com uma mudança radical no sentido do trabalho, no sentido da própria vida em sociedade. Acredito que o cooperativismo autogestionário pode se constituir no embrião da produção associada, unidade básica da sociedade dos produtores livres associados. Daí a idéia de uma pedagogia da produção associada.

Assumindo uma perspectiva de educação, a autora defende o cooperativismo autogestionário como uma mediação de longo prazo no sentido emancipatório do trabalho, e de transição no sentido de uma sociedade socialista.

Consideramos que esse deve ser o cooperativismo a ser estimulado, desvendado e apreendido tanto pelos agentes que se propõe a difundi-lo,

quanto pelos trabalhadores que o experimentam. O caminho para isso já estamos percorrendo, na medida em que nos propomos a estudar esse processo.